



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CLÁUDIA EUNICE RODRIGUES



Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 28-4-1989
Data de Implantação do PJ-e: 29-4-2015

Jurisdição: Coronel Fabriciano, Antônio Dias, Belo Oriente, Lapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguarapu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Santana do Paraíso e Timóteo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 22-4-2021, p. 2.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 28-8-2020

Às 13 horas do dia três de maio de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, situada na Rua José Gomes Ferreira, nº 90 – 2º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Cláudia Eunice Rodrigues**; o MM. Juiz Auxiliar, Dr. **Matheus Martins de Mattos**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Luciene Nogueira Gonçalves Valente; os servidores Adézio Salvador dos Santos, Alexsandro Fernandes dos Santos, Ana Edwiges Mazon de Alcântara, Anilson de Souza Pinto, Ayana da Costa Leite, Higor Leite Queiroz, Livia Araújo Fioravante, Neide Arruda Alvarenga, Patrícia Corrêa Renhe Mansur, Vinícius Basílio Souza Alves; o estagiário Geisiane Gandra Lage Marques.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 259 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-4-2021, apurando-se a média de 3,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 14 cartas precatórias, dentre elas 6 executórias, até o dia 26-4-2021, das quais 6 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 603 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 117 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-4-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 7 processos com perícia designada.



1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 177 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 72 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 16 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos sobrestados examinados na correção, por amostragem:

0010331/20: aguardando decisão de conflito negativo de competência;

0072600/08: aguardando decisão de outra ação.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Coronel Fabriciano - 02a Vara					
Indicador / Ano (Nota: os resultados do 3ºtrim/2020 foram atualizados devido as remessas retificadoras dos dados de 2020 enviadas ao TST)	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	41,39	39,03	32,83	23,51	34,47	39,12

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 26-4-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
------	----------	-------------------------



CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	129
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	223
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	17

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	12
--	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2008	1	13
2011	1	10
2014	2	7
2015	2	6
2017	7	4
2018	13	3
2019	16	2
2020	134	1



2021 – ano de referência	193	
TOTAL	369	0,76

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de abril até o dia 26):

Processo	Tarefa
0072600-30.2008.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0001787-70.2011.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0000037-28.2014.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0000415-81.2014.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0000328-91.2015.5.03.0034	Preparar expedientes e comunicações
0000544-52.2015.5.03.0034	Aguardando prazo
0010765-26.2017.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0011322-13.2017.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0011368-02.2017.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0011651-25.2017.5.03.0034	Aguardando audiência
0011675-53.2017.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0011721-42.2017.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0011732-71.2017.5.03.0034	Aguardando audiência
0010169-08.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0010212-45.2018.5.03.0033	Aguardando final do sobrestamento
0010580-51.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0010731-17.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0010803-04.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0010810-93.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento
0010835-09.2018.5.03.0034	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	3
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	429

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	10
	Processos com liquidação de	239



0000108-30.2014.5.03.0034	CONCLUSOS PARA DESPACHO
0011307-15.2015.5.03.0034	Aguardando prazo
0010415-09.2015.5.03.0034	Aguardando prazo
0011082-92.2015.5.03.0034	Aguardando prazo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de abril 2021 apurado até dia 26):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	42	37
Fevereiro	42	26
Março	30	33
Abril	11	26
Maio	38	
Junho	54	
Julho	35	
Agosto	45	
Setembro	29	
Outubro	26	
Novembro	33	
Dezembro	12	
TOTAL	397	122

	2020-01	2020-02	2020-03	2020-04	2020-05	2020-06	2020-07	2020-08	2020-09	2020-10	2020-11	2020-12	2021-01	2021-02	2021-03	2021-04
	3	4		1					1							
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES													35	26	33	26
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					3											
MATHEUS MARTINS DE MATTOS						1										
PATRICIA VILHA NUNES DE CARVALHO											15	10	2			
RAISSA RODRIGUES LOMIDE	35	34	30	10		53	35	45	24	25	18	2				
ULLIAM FREDERICO DE ORES CARVALHO					35											
Totais	42	42	30	11	38	54	35	45	29	26	33	12	37	26	33	26

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de abril 2021 apurado até dia 26):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	3	



Fevereiro	1	1
Março	0	6
Abril	0	4
Maio	1	
Junho	0	
Julho	5	
Agosto	1	
Setembro	1	
Outubro	2	
Novembro	3	
Dezembro	4	
TOTAL	21	11

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-4-2021, existem 34 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	3
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	26
Tutelas Provisórias Pendentes	5
Total	34

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 3-5-2021 havia 11 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;



d) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010189/21, 0010190/21, 0010192/21, 0010176/21, 0010179/21, 0010184/21, 0010562/20, 0010565/20, 0010566/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010176/21, 0010179/21, 0010184/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 29-4-2021, 112 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 39 processos. Identificado erro de extração dos processos ___ que será objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração – CLEC com o objetivo de correção.

Exame dos autos dos processos 0010603/20, 0010079/21, 0010139/21, 0010601/20, 0010616/20, 0010115/21, 0010215/21, 0010087/21, 0010214/21, 0010078/21, 0010331/20, 0072600/08, 0010110/21, 0010799/20, 0010091/21, 0010055/21, 0010006/21, 0010075/21, 0010066/21, 0010688/20, 0010121/20, 0010236/20, 0010080/21, 0010083/21, 0010121/21, 0010034/21, 0010142/21, 0010778/20, 0010092/20, 0010559/20, 0010027/20, 0010512/20, 0010028/21, 0010501/20, 0010977/19, 0010342/20, 0011033/19, 0010584/16, 0010670/19, 0010794/18, 0010369/15, 0010248/17, 0011018/16, 0010387/20, 0010355/20, 0010306/20, 0010740/20, 0010786/18, 0010059/19, 0010738/19, 0010149/19, 0000428/15, 0010713/20, 0010097/21, 0010037/21, 0010076/21, 0010555/20, 0010014/21, 0010015/21, 0010021/21, 0010746/20, 0010820/20, 0010205/20, 0010789/17, 0010736/17, 0010354/19, 0010371/19, 0010242/18, 0010991/18, 0010084/20, 0010131/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010110/21, 0010799/20, 0010091/21, 0010055/21, 0010006/21, 0010075/21, 0010066/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010603/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id e6ab64c (mais de 20 dias) e despacho – Id 696a161 (mais de 40 dias);

- 0010139/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f940fb1 (sem movimentação há mais de 10 dias);



- 0010092/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 8d27284, Id 2b2971b, Id 6827de4 (mais de 10 dias) e despacho – Id fbfc792 (mais de 10 dias);
- 0010584/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 671dbb4 (mais de 30 dias) e despacho – Id a2152a0 (mais de 10 dias);
- 0010370/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id c4dff27 (mais de 30 dias) e despacho – Id c08ec6d (mais de 10 dias);
- 0010794/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8f4d9f1 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010369/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d865145 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010248/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2f24371 (mais de 60 dias), Id a5e70eb (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0011018/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d0ea8f3 (sem movimentação há mais de 10 dias);
- 0010387/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 57fe7c6 (mais de 10 dias);
- 0010306/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 106d4ca (mais de 10 dias);
- 0010740/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 67b0b2c (mais de 10 dias), Id 0295aa1 (mais de 10 dias);
- 0010738/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 83c1b50 (mais de 10 dias);
- 0010149/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a0fba7 (mais de 10 dias);
- 0000428/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id de7eda0 (sem movimentação há mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.



2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000117-89.2014.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010412-15.2019.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010420-55.2020.5.03.0034	Aguardando audiência
0010567-52.2018.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0011557-43.2016.5.03.0089	Aguardando apreciação pela instância superior
0011717-05.2017.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0011771-05.2016.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0011892-33.2016.5.03.0034	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000544-52.2015.5.03.0034	Aguardando prazo
0001519-11.2014.5.03.0034	Aguardando prazo
0010035-78.2018.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010221-09.2015.5.03.0034	Arquivo provisório
0010280-55.2019.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010580-17.2019.5.03.0034	Aguardando prazo
0010624-36.2019.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010863-74.2018.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010864-59.2018.5.03.0034	Aguardando prazo
0010953-19.2017.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior
0010974-29.2016.5.03.0034	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –



Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	21	41	40
Instrução processo físico	2.141	-	-
Instrução processo eletrônico	205	154	185

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	Adota o artigo 335 do CPC	01/06/2021 – 22 dias
Procedimento Ordinário	10	Adota o artigo 335 do CPC	15/06/2021 – 31 dias
Instrução	77	10/02/2021 – 101 dias	08/09/2021 – 91 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 26-4-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	212	185

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória	94	149



dos cálculos (item 90417)

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	90	941
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano de 2021, até o dia 26-3, com 71 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	26-4-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	8	0,1
Julgados procedentes em parte	88	1,2
Julgados improcedentes	27	0,3
Extintos com resolução de mérito	1	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	124	1,746
Extintos sem resolução de mérito	6	0,08
Arquivamento	14	0,1
Desistência	10	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	8	0,1
Total sem resolução de mérito	38	0,5
Decisões de conhecimento	162	2,2
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	43	0,6



Decisões na fase de execução	27	0,3
Total	232	3,2

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	19	0,08
Julgados procedentes em parte	247	1,0
Julgados improcedentes	63	0,2
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	329	1,4
Extintos sem resolução de mérito	9	0,03
Arquivamento	33	0,1
Desistência	22	0,09
Outras decisões sem exame de mérito	15	0,06
Total sem exame de mérito	79	0,3
Decisões de conhecimento	408	1,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	131	0,5
Decisões na fase de execução	164	0,6
Total	703	2,9

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											1					
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES													21	91	154	107
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					1											
MATHEUS MARTINS DE MATTOS		47												26		
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO											54	82				
RAISSA RODRIGUES GUMIDE	76	86	88	1		37	114	89	96	86	67					
Totais	76	133	88	1	1	37	114	89	96	86	122	82	21	117	154	107

Foram realizadas 131 audiências no mês abril e designadas 198 para o mês de maio.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de abril 2021 apurado até dia 26):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	87	18
Fevereiro	71	61
Março	71	101
Abril	21	39
Maio	15	
Junho	36	
Julho	61	
Agosto	55	
Setembro	59	
Outubro	43	
Novembro	50	
Dezembro	17	
TOTAL	586	219

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES													7	35	91
CLAUDIO ANTONIO FREITAS DELLI ZOTTI							1								
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					2										
MATHEUS MARTINS DE MATTOS		11												9	9
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO											2	8	11	17	1
RAISSA RODRIGUES GUMIDE	87	86	71	21	4	36	60	55	59	43	48	9			
WILLIAM FREDERICO DI LOPES CARVALHO					9										
Totais	87	71	71	21	15	36	61	55	59	43	50	17	18	61	101



Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de abril 2021 apurado até dia 26):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	956	626
Fevereiro	858	1039
Março	1026	1246
Abril	678	728
Maio	901	
Junho	1228	
Julho	1147	
Agosto	1073	
Setembro	982	
Outubro	921	
Novembro	1007	
Dezembro	739	
TOTAL	11516	3639

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 26-4
Processos recebidos	927	622	259
Média por dia útil	4,0	2,6	3,6



Processos remanescentes do ano anterior	564	302	381
Sentenças anuladas	11	7	2
Total de processos para solução	1.502	931	642
Processos solucionados	1.211	586	219
Processos conciliados	363	178	57
Produtividade	80,62%	62,94%	34,11%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 32,9% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 17,68%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 26-4-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	57
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	219

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	219
--------------	--	-----



Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	261
-----------	--	-----

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	81
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	95

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 26-4-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	432
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	198

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	994
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	151

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 26-4-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	198
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	151
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061	11



	e 2412	
--	--------	--

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	432
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	994
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Coronel Fabriciano - 02a Vara				
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2020 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2020 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2020 a 30/09/2020	4º trim 2020 01/01/2021 a 31/12/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,38	0,90	0,49	0,40	0,40
	I02 - Pendentes	1.561	1.522	1.590	1.553	1.690
	I03 - Taxa de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



	conclusos com o prazo vencido (%)					
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	228,06	195,80	174,16	161,28	164,35
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	264,79	282,75	290,00	236,53	192,52
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.225,06	1.277,57	1.321,88	1.192,32	980,88
	I07 - Taxa de conciliação (%)	29,80	30,01	29,71	33,29	30,38
	I08 - Taxa de solução (%)	129,20	122,10	102,89	94,40	93,16
	I13 - Taxa de execução (%)	198,81	193,41	187,21	130,34	87,27
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	23,31	22,21	29,45	34,17	39,12
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	63,33	64,11	65,64	70,20	75,76
	I11 - Produtividade por servidor	147,75	141,33	126,45	96,33	84,00
	I12 - Pendentes por servidor	112,75	110,50	125,82	114,92	128,00
Meso	Acervo	0,26	0,30	0,27	0,26	0,28
	Celeridade	0,41	0,39	0,38	0,37	0,43
	Produtividade	0,50	0,53	0,60	0,61	0,60
	Congestionamento processual	0,54	0,51	0,55	0,58	0,61
	Força de trabalho	0,51	0,52	0,57	0,56	0,59
Macro	IGEST	0,4434	0,4514	0,4737	0,4767	0,5017
Posição IGEST		92	87	107	112	110
Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição	Imposto de	Valores pagos aos reclamantes
--------------	------------	-------------------------------



Previdenciária	Renda	por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$30.724.878,22	R\$92.226,33	R\$18.180.385,63

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 1/2005, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; nº 1/2011, sobre o BNDT e a nº 1/2015, que dispõe sobre o atendimento processual por telefone.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 15 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 98,25% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,83%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 91,89% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o



percentual de 103,16%, de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 88,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,77%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 76,97% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 96,16% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 106,93%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 86,94%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT – 2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 167 dias, sendo de 175 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 164 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional



foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet está unidade organizacional possui 41 processos migráveis. Identificado erro de extração dos processos _____, que serão objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração – CLEC com o objetivo de correção.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):



- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juizes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 4) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 5) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 7) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 8) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2021 em relação ao mesmo período do ano 2020, conforme o item 1.10 da ata;
- 9) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 10) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 11) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;



12) observado o correto lançamento dos valores a título de contribuição previdenciária, de imposto de renda e do que foi pago aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo, para que espelhem a realidade do que foi arrecadado pela unidade judiciária;

13) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

14) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONC) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018 e da Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;

15) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis.
https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e
[https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335)
cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

16) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

17) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à



tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

18) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigco.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

5) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região,



observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

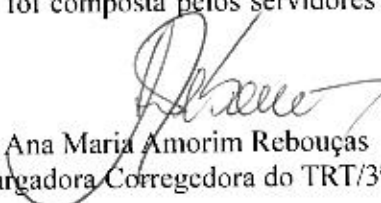
14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia três de maio de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 61/2021, publicado no DJe 22-4-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado eletronicamente por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Data: 2021-05-03 12:45:47 -0100

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria